

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Camille Fonseca Bertrand

**DUPLICAÇÃO DA “FAIXA VELHA” EM SANTA MARIA: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL**

Santa Maria, RS

2018

Camille Fonseca Bertrand

**DUPLICAÇÃO DA “FAIXA VELHA” EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS
DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Sociais**.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS

2018

Camille Fonseca Bertrand

**DUPLICAÇÃO DA “FAIXA VELHA” EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS
DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Sociais**.

Aprovado em 18 de dezembro de 2018:

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM)

(Presidente/Orientador)

João Rodolpho Amaral Flôres, Dr. (UFSM)

Mari Cleise Sandalowski, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS

2018

RESUMO

DUPLICAÇÃO DA “FAIXA VELHA” EM SANTA MARIA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

AUTORA: Camille Fonseca Bertrand

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

O presente artigo apresenta uma análise através da sociologia ambiental sobre a obra de duplicação da ERS-509, a “Faixa Velha”, em Santa Maria - Rio Grande do Sul. A rodovia (faixa) é um dos principais acessos da cidade por ligar a Universidade Federal de Santa Maria com a região central da cidade, e a obra ocorre nela há mais de cinco anos, sendo marcada por atrasos, paralisações e conflitos ambientais. O levantamento de dados foi feito através de entrevistas realizadas de modo *online* com moradores da região, observações no local da obra e coletados em publicações de jornais locais. Além disso, foi feita uma revisão de literatura sobre a sociologia ambiental, destacando suas principais abordagens e conceitos para serem usadas como ferramentas de análise. Por fim, o objeto é analisado sob a ótica da disciplina, a fim de demonstrar uma aplicação da teoria em um problema local, principalmente por se tratar de um objeto que muitas vezes não é considerado como possível de ser abarcado pelas ciências sociais.

Palavras-chave: sociologia ambiental, obra municipal, Faixa Velha.

ABSTRACT

DUPLICATION OF “FAIXA VELHA” IN SANTA MARIA: AN ANALYSIS THROUGH ENVIRONMENTAL SOCIOLOGY

AUTHOR: Camille Fonseca Bertrand
ADVISOR: Everton Lazzaretti Picolotto

This article presents an analysis through environmental sociology on the duplication work of ERS-509, the “Faixa Velha”, in Santa Maria - Rio Grande do Sul. The road is one of the main accesses of the city by linking the Federal University of Santa Maria with the central region, and the work occurs in it for more than five years, being marked by delays, outages and environmental conflicts. Data collection was done through interviews conducted online with residents of the region and collected in local newspaper publications. In addition, a literature review on environmental sociology was conducted, highlighting its main approaches and concepts to be used as analytical tools. Finally, the object is analyzed from the perspective of the discipline, in order to demonstrate an application of the theory in a local problem, mainly because it is an object that is often not considered as possible to be covered by the social sciences.

Keywords: environmental sociology, municipal work, Faixa Velha.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. UMA REVISÃO SOBRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL.....	8
3. A OBRA DA “FAIXA VELHA” EM ANÁLISE.....	15
4. CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MORADORES.....	25
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES.....	26

1. INTRODUÇÃO

A sociologia ambiental é um ramo da sociologia que se firmou apenas nas últimas décadas, sobretudo no Brasil, apesar de autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim já terem abordado em seus estudos as interações entre os seres humanos e o meio ambiente. A sociologia se apropria da natureza como objeto de estudo, especialmente dos conflitos ambientais, a partir de duas perspectivas: a realista, que aborda problemas ambientais em sua essência, e a construtivista, que trata da percepção da comunidade local sobre conflitos ambientais e como eles a afetam.

Na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, está ocorrendo uma importante obra na rodovia ERS-509, chamada de “Faixa Velha” de Camobi, que é um dos caminhos que liga o centro da cidade com a Universidade Federal de Santa Maria e, portanto, de tráfego intenso. Para solucionar problemas de trânsito no local, está em processo uma duplicação marcada por problemas ambientais, atrasos e que gerou alguns conflitos com moradores locais, levantando questões importantes de interesse a todos os moradores do município.

Para a obra ocorrer, muita terra foi mexida, córregos canalizados e foram removidas muitas árvores em toda a extensão da rodovia, sendo que algumas, consideradas nativas, foram transplantadas próximas à faixa. Conforme saiu em notícia do jornal local, Diário de Santa Maria, cerca de 2,8 mil árvores terão de ser repostas na região, não podendo ser nas margens da faixa tendo em vista a duplicação.

Entre essas árvores, uma não foi removida, pelo menos até o momento, por ser um importante símbolo do local. O pé de plátano¹, além de ser uma árvore antiga (os moradores acreditam ter sido plantado há pelo menos oitenta anos), dá nome ao bairro, tratando-se de uma referência principalmente para os moradores da região. Seu caso não pode ser considerado concluído, pois mesmo que ele não tenha sido

¹ Plátanos são árvores nativas da Eurásia e da América do Norte que podem atingir até cinquenta metros de altura. O pé de plátano citado é importante para a identidade do bairro pois dá nome ao mesmo e por estar há tanto tempo no local.

derrubado, sua situação é instável pois por ter ficado entre as duas faixas de rodagem, os especialistas ouvidos pelo jornal Diário de Santa Maria consideram difícil que ele sobreviva por muito tempo.

Durante algum tempo a obra foi paralisada por falta de um laudo paleontológico, pois no local há quatro sítios arqueológicos com fósseis de mais de 225 milhões de anos, que poderiam ser prejudicados durante o andamento. Pela primeira vez na região foi necessária a presença de um paleontólogo para fiscalizar uma obra de rodovia.

Conforme noticiado no Diário de Santa Maria em 25/01/2014,

Um dos sítios é um dos mais importantes do mundo. O Sanga Grande da Alemoa (próximo ao Trevo do Castelinho, às margens da ERS-509) é um dos mais importantes sítios paleontológicos do mundo. Foi deste local que foi descoberto o Estauricossauro (*Staurikosaurus pricei*), um dos mais antigos já encontrados e o primeiro dinossauro do período triássico achado no Brasil. Ele foi descoberto em 1935, e recebeu esse nome em homenagem ao santa-mariense Llewellyn Ivor Price, que o encontrou, juntamente com um grupo de pesquisadores da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos. Essa descoberta ajudou a definir toda a estrutura da pesquisa paleontológica no Brasil, que até então era bastante incipiente.

Por ser um problema local, um trecho crítico para poluição ambiental, uma obra de grande impacto político, econômico e social para os bairros próximos, a cidade e região e pelos conflitos gerados com os habitantes locais, sua ocorrência será analisada neste trabalho de conclusão de curso a partir da sociologia ambiental. Seu enfoque será na questão da derrubada de árvores, com destaque para o “pé de plátano” por sua importância como signo cultural, mas também serão destacadas questões como a falta de contato com os moradores por parte da prefeitura ou empresa responsável pela obra e as percepções da comunidade local.

O objetivo desse trabalho é mostrar as percepções da população da região acerca dos impactos causados pela obra. Ele foi realizado através de entrevistas com moradores, observações nas imediações da obra e análise de documentos e notícias de jornais da cidade.

Tive dificuldades em realizar as entrevistas pois os moradores da região com

quem tentei contato não se mostraram dispostos a dialogar. Estive algumas vezes no bairro para observar o local e tentar conversar com a população, mas em todas elas ou a pessoa não atendeu à porta, ou se recusou a ser entrevistada, creio que pela época de período eleitoral e por fazer tanto tempo que a obra ocorre. As entrevistas que consegui foram de forma *online* com moradores que consegui o contato através de indicação e com um pequeno empresário que possui empreendimento de frente para a Faixa, após ter entrado em contato via e-mail e *Facebook* com diversas empresas.

2. UMA REVISÃO SOBRE A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Apesar de autores clássicos como o próprio criador do termo “sociologia”, Auguste Comte, já apontar para a sociedade como análoga a um organismo vivo - as instituições sociais (Estado, religião, família) são para a sociedade como o órgão de um corpo, cada um com a sua função em relação ao todo - o surgimento da Sociologia Ambiental aconteceu somente nos anos 1970. E ainda hoje não há um consenso absoluto quanto à disciplina, tanto sobre o seu conceito quanto sobre sua melhor forma de abordagem.

A sociologia ambiental surgiu da demanda por análises teóricas que articulassem o social e o natural, sendo recortada a partir daí por olhares diversos. Frederick Buttel (1992), por exemplo, a delimita aos valores culturais e crenças que motivam as pessoas a usar o meio ambiente num sentido particular, tratando o ambiente como uno e externo às sociedades, disponível para ser usado. É dividida em duas correntes principais, a realista e a construtivista, que mostram formas diferentes de tratar os problemas ambientais através da sociologia.

A corrente realista trata da existência objetiva dos problemas ambientais, sem considerar como os atores sociais os percebem. Seus pesquisadores partem do princípio de que, independente da forma como as pessoas veem ou são afetadas pelo problema, ele está lá, isso não muda os fatos. Já a corrente construtivista leva mais em conta as representações sobre os problemas ambientais e os significados que os atores sociais dão a eles, do que os fatos científicos a seu respeito.

Surgida do questionamento da ciência e da tecnologia através da percepção dos riscos, a visão construtivista diz que os problemas ambientais não existem por si mesmos, são o resultado de um processo de construção social (Hannigan, 1997). Quer entender como as pessoas atribuem significados a seus mundos, afirmando que o que passa a ser considerado pelas pessoas não pode ser visto apenas como uma interpretação neutra e imparcial, mas sim demandas construídas socialmente. Sob essa ótica, a sociologia ambiental deve analisar como os problemas ambientais montados são apresentados e contestados. Alguém tem que persuadir os outros atores sociais sobre quais são os problemas mais e menos urgentes. John

Hanningan também elenca seis elementos necessários à construção bem sucedida de um problema ambiental, sendo eles:

- 1- Autoridade científica para validar a demanda;
- 2- Popularizadores que fazem a ponte entre a ciência e os ambientalistas;
- 3- Papel ativo da mídia que apresenta o problema como grave e novo;
- 4- Dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
- 5- Incentivos econômicos para tomar ações concretas;
- 6- Emergência de uma liderança institucional que legitime a definição do problema ambiental e a continuidade da organização;

Outro fator importante na sociologia ambiental, a noção de risco deve ser discutida pois é a partir de como ele é interpretado pela população que muitos conflitos acontecem. Principalmente no período pós-guerra, quando os riscos ganharam capacidade de aniquilação ecológica e nuclear, com suas consequências atingindo escala global e irreversível, alvejando até mesmo os seus próprios produtores. Riscos são ao mesmo tempo imateriais: construção social, e materiais: produtos de uma ação. Os riscos existem, mas a sua transformação depende de como são percebidos. Para isso, devem ser abertos os sistemas decisórios e do estabelecimento das regras e bases, a fim de democratizar o processo, sem procurar soluções definitivas para os conflitos pois os processos sociais são ambíguos e ambivalentes (GUIVANT, 2002).

Também se deve sempre levar em conta o papel da incerteza na análise dos riscos ambientais e tecnológicos. Há conflitos que atravessam a relação entre peritos e leigos, e os que dividem até mesmo a comunidade científica. O construtivismo não nega a realidade objetiva dos problemas ambientais, mas combina os julgamentos sociais com as evidências científicas.

Guivant (2002, p. 76) fala que

A perspectiva construtivista seria chave para poder responder a questão sobre como, por exemplo, é produzida a auto-evidência realista dos riscos, ou como atores, instituições, estratégias e recursos são decisivos na “fabricação” dos riscos (Beck, 1999: 24). Por essa perspectiva, o conceito de sociedade global dos riscos não se apóia exclusivamente no diagnóstico científico. Tanto Beck quanto Giddens compartilham com a teoria cultural dos riscos a crítica à dicotomia entre um conhecimento perito que

“determina os riscos e uma população leiga que os ‘percebe’”. A não-aceitação de uma determinada definição científica de um risco por um setor da população não implica irracionalidade, mas o contrário: indica que as premissas culturais acerca da aceitabilidade de riscos contidas nas fórmulas científicas são as que estão erradas.

Para haver alguma resolução de conflito, tanto o conhecimento dos peritos quanto o da comunidade-alvo são válidos e devem ser considerados. A ciência gera riscos ambientais de graves consequências, mas também é uma resposta a eles.

Para ser completa, a análise não deve partir da natureza ou da sociedade, mas sim examiná-las em contextos culturais, institucionais e ecológicos específicos. Temos uma necessidade teórica de não se separar o social do natural, nem o sociológico do científico, pois a posição realista de que os problemas ambientais existem e afetam as pessoas independente de elas os perceberem ou não leva a um cientificismo e tecnicismo.

Não há só uma interpretação “correta” dos problemas, e a resolução de um sempre leva a outros, pois eles são incertos e iminentes. A chave é os atores estarem sempre aprendendo com essas situações em mudança, para que possam agir e transformar suas práticas rapidamente. As incertezas devem passar a ser explícitas e reconhecidas como válidas, pois apenas a evidência científica em si não muda os problemas, mas sim mudanças de práticas incorporadas na população. Os valores das comunidades devem ser incluídos na comunicação, senão o contato com as verdades científicas não mudará as percepções e as práticas. Nesse âmbito que surge a sociologia do conhecimento científico, que explora os processos sociais que estimulam a emergência dos fatos e das teorias sobre o mundo natural.

Outro conceito muito associado às discussões sobre as questões ambientais é o de sustentabilidade, sendo vista quando surgiu como uma possível solução às adversidades, mas recentemente tornou-se algo a ser debatido. O problema das discussões sobre sustentabilidade é que devem esclarecer o que vai ser sustentado, por quanto tempo, para benefício de quem e a que custo, pois muitas vezes suas discussões descentralizam a culpa dos maiores responsáveis. Está diretamente ligada ao tempo e local em que se encontra, que mudam, mudando também a sua

definição. É sustentável hoje o conjunto de práticas portadoras de sustentabilidade no futuro, combinando eficiência com suficiência.

Os ecossistemas influenciam as ações dos seres humanos assim como a sociedade. Por isso democracia e meio ambiente devem ser intimamente relacionadas, havendo incorporação de temas ambientais pelo debate público e estratégias de grupos organizados para lutar por suas demandas (sobretudo movimentos sociais), democratizando também as decisões relacionadas à possíveis impactos ambientais.

Movimentos sociais ambientais significam uma politização do saber sobre a natureza, e por consequência uma politização da própria natureza. Questões ambientais devem ser tratadas como resultado de um processo de construção social da percepção, através de levantamentos de opinião pública. Angela Alonso e Valeriano Costa (2002, p. 122) no trabalho intitulado *“Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil”*, falam que “A adequação entre democracias e meio ambiente precisa ser averiguada com atenção para o contexto”, pois senão ao invés de uma correlação automática entre preservação ambiental e participação pode haver uma elitização dos processos decisórios.

Na última década ocorreu uma institucionalização da questão ambiental: suas dimensões sendo traduzidas em problemas de política pública - os temas ambientais passaram a ser sujeitos à racionalidade administrativa e a soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis) - com a justificativa de que o discurso “utópico-revolucionário” do movimento ambiental é limitador (ALONSO; COSTA, 2002).

No Brasil, a sociologia ambiental sofre com alguns problemas específicos, como fundamentos teóricos frágeis e, conseqüentemente, ausência de agenda de pesquisa de problemas ambientais autônoma em relação às preocupações do movimento ambientalista. Também há um engajamento que confunde a trajetória desse movimento com a trajetória política e social da questão ambiental (concepções ideológicas transformadas em pressupostos analíticos). Além disso, muitos levantamentos empíricos acabam restringidos a estudos de caso, sobretudo de impactos socioambientais, relativos ao ambiente socialmente criado ou às ações

humanas sobre a natureza, sem distinção clara entre grupos humanos e ecossistemas.

O ambientalismo é uma modalidade específica de conflito social, que pode acabar dividindo a sociedade em elites (às quais passam a mudar sua postura a fim de corrigir a política estatal e a economia) ao ser difundido por um grupo especial de atores como uma “ideia-força” para conscientização dos demais. “As ideias são motores das práticas: o acordo discursivo se traduziria em ações ambientalmente corretas” (ALONSO; COSTA, 2002, p. 120). Esses autores falam que a problemática ambiental é um processo político e conflituoso.

Os estudos têm focado em investigar atores, valores e percepções ambientalistas sem suprir o contexto sócio-político no qual todos os elementos surgem, interagem e se redefinem. Falta uma abordagem sistêmica dos problemas ambientais, que supere as políticas públicas tradicionais pontuais e corretivas, além de uma resolução consensual dos conflitos que faça jus ao seu caráter complexo. Nesse âmbito, conflitos ambientais são vistos como conflitos de valor transitório: uma vez que esclarecidos, os atores sociais tenderiam a aderir às práticas sustentabilistas. O socioambientalismo pode ser analisado como um processo de construção de identidades políticas coletivas por grupos que querem uma identidade pública conservacionista (prática e simbolicamente). Suas identidades são construídas na reivindicação do seu lugar no processo.

Conflitos ambientais são definidos a partir de três elementos cruciais: ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais). Podem ser considerados como processos de incorporação da linguagem e das práticas ambientais pelos grupos sociais em disputa, gerando um novo domínio do ambiente, se tornando um *habitus* (LOPES, 2006). Uma análise política é incompleta se for unidimensional, seja ela econômica ou cultural. E também se privilegiar apenas um ator, seja a sociedade civil ou o Estado. A própria definição de “conflito” supõe em considerar diversos agentes, seja essa interação cooperativa, com formação de alianças, ou conflituosa, ocorrendo simultaneamente em torno de interesses e valores. Quando constituídos através de um processo de

construção pública que envolve disputas técnicas e políticas, ficam confinados à sua dimensão fenomenológica: encerrado aos discursos sem examinar as práticas.

Conflitos ambientais são gerados por assimetrias na apropriação social da natureza, que levam à uma má distribuição ecológica. Devem ser analisados nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos: no primeiro acontece a mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder através de lutas sociais, econômicas e políticas pelos capitais. No segundo, espaço das representações, ocorre uma luta simbólica que legitima ou não a distribuição de poder.

Estudar um conflito implica sobretudo nos processos de mobilização (estruturas), não apenas em estudar os interesses envolvidos. Devem ser considerados o conjunto de formas de agir e pensar disponíveis em certa sociedade em dado momento histórico (repertório contencioso), o modo pelo qual os agentes atribuem sentido à própria ação, recorrendo a valores e recursos simbólicos, como slogans e nomes (*frame*) e o contexto de interação: forma de especificar os mecanismos que vinculam o nível macro com o nível da ação coletiva (ALONSO; COSTA, 2002).

Em todos esses contextos, uma característica é comum: a dualidade da existência humana. O ser humano é apenas uma espécie entre muitas, mas também é criador de ambientes sociais distintos e singulares. É ambivalente sua composição como ser biológico e social. Catton e Dunlap (1980), dois dos precursores da sociologia ambiental, formularam dois paradigmas a respeito da percepção dos humanos sobre a natureza. O primeiro é o chamado “paradigma da excepcionalidade humana”, que pode ser resumido em:

- 1- Singularidade do ser humano através da cultura;
- 2- A cultura é variável, com suas mudanças ocorrendo mais rapidamente que as das características biológicas;
- 3- As diferenças humanas são socialmente induzidas (não-inatas), podendo ser eliminadas as que são inconvenientes;
- 4- A acumulação cultural gera um progresso sem limites, possibilitando a solução de todos os problemas sociais;

Essas premissas, juntamente com o *boom* de expansão ocidental que ocorreu graças à acessibilidade de combustíveis fósseis e outras matérias-primas não renováveis, mas disponíveis, leva à difusão da ideia de que o meio ambiente é possível de aumento e sem chance de escassez.

O segundo paradigma formulado pelos autores é intitulado “novo paradigma ambiental”, e estabelece como característica fundamental da espécie humana a relação biológica com o ambiente natural, baseado em:

1- A humanidade é apenas uma das muitas espécies interdependentes da comunidade biótica;

2- Causa e efeito juntamente com o *feedback* da natureza produzem ação social intencional (suas consequências são não-involuntárias);

3- Os limites físico e biológico do mundo (finito) reprimem o progresso econômico, social e outros fenômenos da sociedade;

Segundo eles, existe a “necessidade de uma ‘mudança de paradigma’ geral do povo como um todo em estados industriais avançados” para que haja progresso.

Allan Schnaiberg (1980), sociólogo contribuinte da sociologia ambiental, fala que a humanidade está presa num ciclo em que: a) expansão econômica requer inevitavelmente maior exploração ambiental; b) maior exploração gera problemas ecológicos; c) estes problemas restringem a expansão econômica futura.

Por mais extensa que seja a variedade de correntes pelas quais podemos analisar um conflito através da sociologia ambiental, há um elemento primordial que deve ser considerado de antemão a qualquer análise. Não se pode negar a relação de dependência do homem com a natureza. E para que ela seja mantida de forma saudável, deve-se haver um resgate desse valor, conforme ilustram Fleury, Almeida e Premebida no texto “*O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva*” (2014, p.55):

Outro aspecto importante na análise de Escobar (1998, p. 2014, tradução nossa) é o destaque para o fato de que as florestas tropicais são percebidas como *as formas mais naturais da natureza ainda existente na Terra, habitadas pelas pessoas mais naturais (povos aborígenes) que possuem os conhecimentos também mais naturais para salvar a natureza*. Assim, o

discurso da biodiversidade, ao implicar na ressignificação das florestas tropicais (como valiosa reserva genética), ressignifica também seus habitantes (como guardiães da natureza) e seus conhecimentos (como conhecimentos tradicionais de se conservar a natureza).

É visível que um assunto tão complexo quanto conflitos ambientais necessitam de uma linha teórica diversa para abarcar um tema tão cheio de complexidades. Pela natureza e o ser humano serem mutáveis, mesmo que de formas e em tempos diferentes, é uma disciplina que também deve estar em constante reinvenção para se manter atual e efetiva. E isso pode ser feito através de estudos de caso que analisam conflitos específicos, como o caso da duplicação da “Faixa Velha” .

3. A OBRA DA “FAIXA VELHA” EM ANÁLISE

Para compreender a constituição do conflito ambiental deve-se compreender a estrutura de oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e o repertório contencioso. Agentes e alianças se constituem e se desfazem ao longo do processo. Oportunidades geram hierarquias, que geram linhas de ação desiguais para os agentes. Conflitos também têm história. Não é possível compreendê-los considerando apenas a configuração presente da ação coletiva. É processual a produção de alianças, adesão a valores e criação/redefinição de identidades. A própria identidade é também um resultado do conflito, não um motivador dela como muitas vezes se pensa - elas se formam durante o processo e com os agentes em oposição uns aos outros (ALONSO; COSTA, 2002).

Em 2013 começou a ocorrer no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, a fim de melhorar a logística de circulação, a obra de duplicação de uma importante rodovia, região de fluxo intenso por ligar a região central da cidade com o bairro Camobi e a Universidade Federal de Santa Maria. Orçada em R\$37,3 milhões, são 4,3 km duplicados na ERS-509, e a obra que deveria ter sido entregue em 2015 continua até os dias atuais.

Esse tipo de espaço de grande tráfego sempre está relacionado a problemas ambientais, como poluição sonora e emissão de gases, sendo esse também um dos seus justificadores. Por conta dos engarrafamentos diários nos horários de pico na rota, havia uma emissão intensa de gases por parte dos veículos, afetando não só apenas os moradores próximos à faixa, mas também a sociedade como um todo.

Logo após a obra ter sido anunciada, surgiu uma importante questão: o que aconteceria com as árvores no local? Sabe-se que árvores são importantes nas cidades por questões de purificação de ar, paisagismo, equilíbrio de temperatura, manutenção da absorção da água pelo solo, entre outros, e em sua extensão haviam mais de trinta espécies, nativas e exóticas, que foram retiradas (um total de duzentos e setenta e nove, sendo onze delas nativas transplantadas para região próxima à faixa), mantendo-se apenas uma, um pé de plátano, que ainda se encontra entre as duas faixas, apesar de visivelmente debilitado após iniciar todo o processo.

Luiz Cláudio da Silva, diretor da AmbieThos, salienta que cerca de 2,8 mil árvores terão de ser repostas em local indicado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam). Às margens da rodovia, de acordo com Silva, não haverá a possibilidade de isso ocorrer, em razão da duplicação. A reposição das árvores deve ser feita em outros locais do bairro (Diário de Santa Maria, 2014).

Em uma entrevista para o *Jornaleco* (2012, p. 7), a então coordenadora do Programa de Extensão em Educação Socioambiental da Universidade Federal de Santa Maria, professora Venice Grings, disse que esse era um tipo de mudança que deveria ser discutido com a população, algo que não ocorreu, pelo menos com os moradores da região que foram entrevistados para esse trabalho.

As alterações no meio ambiente provocam danos significativos, como problemas de saúde. “O formato da cidade em termos geográficos favorece, por exemplo, as doenças respiratórias.” (...) A coordenadora questiona a existência de um estudo de licenciamento que apresente a repercussão da obra. Venice afirma que “ao conhecer o trajeto, nós verificamos que tem vegetação, que tem um clima determinado, que já temos algum problema razoável de poluição nesse local”. As modificações e suas medidas são informações que devem ser levadas à comunidade para que haja oportunidade de a população colaborar com questionamentos e sugestões, alega a professora.

O plátano não ter sido retirado - mesmo sendo permitido por lei, por ser uma espécie exótica - aconteceu pelo fato de dar nome ao bairro onde se encontra, Pé de Plátano, sendo um símbolo da região. Situado no quilômetro 2 da ERS-509, acredita-se que ele tenha sido plantado há cerca de oitenta anos.

Segundo Pedro Della Pasqua, da Della Pasqua Engenharia e Construção, empresa responsável pela duplicação, a intenção é preservar essa planta, pois ela é um ponto de referência e uma característica cultural daquela região da cidade. Se for preservado, o plátano deverá ficar no canteiro central, no meio das duas vias. O pé de plátano está localizado no início do quilômetro 2 da ERS-509, na margem esquerda. Segundo a Della Pasqua, a nova faixa deve passar ao lado da atual, na margem esquerda (sentido Centro-Camobi). A preservação do pé de plátano é uma das preocupações da comunidade que vive no bairro. Os moradores acreditam que ele foi plantado há pelo menos 80 anos. De acordo com Cristiano Horbach Prass, engenheiro florestal da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), o plátano é uma árvore exótica, não é nativa, e, portanto, conforme a Legislação Federal, o seu corte não é proibido. Nesse caso, ele não precisa ser transplantado. - Além disso, por ser uma árvore grande (a planta adulta pode atingir até 30 metros de altura, dificilmente ela sobreviveria se fosse transplantada para outro lugar - disse Prass (Diário de Santa Maria, 2014).

Foi unanimidade entre os moradores e trabalhador da região com quem conversei de que a árvore deve continuar no local, com diferentes justificativas. Um deles, estudante da Universidade Federal de Santa Maria, disse ser a “árvore importante, como todas as outras, e além disso é um dos símbolos de Camobi², pois é antiga e muito característica, pelo tamanho e beleza. Veria como desnecessária uma eventual retirada dela do local, pois não atrapalha o trânsito”. Já para outro morador, “simboliza qualidade de vida, por isso deve continuar no local”. Um morador da região que também trabalha em um estabelecimento localizado de frente para a rodovia disse que a árvore é um marco que dá nome ao bairro, não atrapalha em nada e concorda com os demais que deve permanecer. Podemos observar aqui que, independente dos motivos expressos, quem vive na região possui certa relação com essa árvore, seja por ter sido a única a ficar no local, seja por dar nome ao bairro e ser vista como um símbolo ou até mesmo por simplesmente não atrapalhar, de algum modo está implícito a importância da vegetação.

² O bairro em que se encontra a árvore que não foi retirada se chama Pé de Plátano, mas a região em que ele está é conhecida como Camobi, que é um bairro mais antigo e extenso.

Outro empecilho que houve, que inclusive freou a obra logo após seu início, é que a região comporta três sítios paleontológicos. Um mês depois de começar, por exigência do Ministério Público, teve de ser interrompida para obter um laudo técnico de um paleontólogo, que encontrou um fragmento fóssil na época no local. É uma obra marcada por atrasos e paralisações pela falta de verba, mas motivo de esperança de melhora de fluxo na região, o que acaba justificando qualquer consequência.

Isso pode ser constatado nas três entrevistas realizadas para esse trabalho. O primeiro morador, que é um policial federal aposentado de cinquenta e nove anos, que utiliza o carro como principal meio de transporte e falou não ser afetado em seu dia a dia pela obra, ao ser perguntado sobre quais mudanças espera dela para o bairro e para a cidade, disse que “vai descongestionar o trânsito, no sentido bairro-centro e centro-bairro, por isso vai melhorar bastante”. O segundo morador, estudante de vinte e nove anos, que faz uso tanto de carro quanto de ônibus como meios de transporte principais, e afirmou estar sendo afetado pela obra em seu dia a dia:

Quando retorno da UFSM para casa, de tardezinha, perco algum tempo preso no engarrafamento, no trecho próximo ao viaduto em construção. Além disso, como moramos perto deste viaduto, quando precisamos nos deslocar para o centro ou para Camobi, a travessia da faixa ficou perigosa e mais demorada, por conta da falta de uma sinaleira ou guardas para organizar o trânsito. O mesmo ocorre quando precisamos atravessar a faixa a pé.

O mesmo morador também afirmou que espera que “melhore bastante o trânsito da região, que não ocorram mais congestionamentos. Acho que vai ajudar a melhorar o trânsito de toda a cidade, como consequência”. E o terceiro, militar da reserva de cinquenta e quatro anos, que trabalha há seis anos em um estabelecimento localizado de frente para a faixa, mas que também mora nos arredores, se manifestou dizendo apenas que a obra era necessária, que não tem problemas com ela no seu cotidiano, e crê que não terá problemas no trabalho quando ela for finalizada.

Vemos aqui que as pessoas se mantêm positivas com relação à obra, mesmo as que mais sofrem com a mesma, seja por viver na região e ter que conviver com as máquinas, poluição, barulho, mudança da área a qual já estavam habituados e congestionamentos, ou seja as que trabalham na região e podem sofrer com queda no movimento, como afirmou também um empresário em entrevista à um jornal local publicado quando a obra foi divulgada:

Entendo que teremos sérios problemas com a duplicação. Ainda insisto e ratifico que ela é extremamente importante, vai se pagar por isso. (...) Com certeza, a obra irá interferir nas vendas e no movimento, principalmente, para o nosso cliente acessar a loja” (Jornaleco, 2012, p. 6)

Conversei com os entrevistados sobre ter ocorrido ou não algum contato prévio ou conforme a obra foi acontecendo, por parte da prefeitura ou de alguma empresa responsável, e ambos os três disseram que não, pelo menos não com eles. Quanto à serem prejudicados pela obra de alguma forma, ou dela trazer consequências negativas seja para eles ou para o bairro, as respostas ficaram um pouco mais divididas. O primeiro relatou não ter sido prejudicado de forma alguma, nem sua família ou o bairro. Já o segundo, falou que sofre com os transtornos no trânsito, e que acredita “que os moradores que moram na beira da faixa tenham sido afetados, sim, por conta do barulho das máquinas, dificuldades para entrar e sair de casa, além daqueles que precisaram ceder parte do terreno e ser indenizados. Esse último caso aconteceu com os moradores próximos ao viaduto”. Sobre algum problema atingir a ele ou sua família, comentou: “No início da obra do viaduto, tínhamos dificuldades para entrar e sair de casa, de carro, pois se formava uma longa fila de carro na nossa rua (Antônio Botega), pois às vezes interrompiam o fluxo na faixa. Mas hoje em dia esse problema diminuiu e está restrito a travessia da faixa”. Todavia o terceiro entrevistado comentou que ela melhorou seu dia a dia, “só que devem ser colocadas lombadas eletrônicas ao longo da pista”, para reduzir a velocidade do trânsito.

Sobre a retirada de árvores do local, o primeiro morador falou que não gostou, e que ele e os demais moradores da região não foram consultados previamente

sobre a questão. Sobre a mesma questão, o segundo morador disse: “Achei muito ruim, pois a cidade já não tem muitas árvores e ainda retiram as poucas que tem. Acredito que não tenham consultado nenhum morador. Minha família, pelo menos, não foi”. Já o terceiro, que reside e trabalha na região, vê a retirada das árvores como necessária.

Perguntei também se eles achavam que a obra causou problemas ambientais, como por exemplo poluição, corte de árvores, degradação do solo e contaminação da água. O primeiro morador disse crer que ela causou algum dano ambiental por conta do corte das árvores. O segundo concorda, e pelo mesmo motivo. Já o terceiro disse que a obra não causou, o que causa poluição são os moradores que despejam o esgoto numa sanga local.

Gostaria de destacar alguns elementos interessantes que podemos perceber acima. Primeiro é o fato do corte de árvores ser reconhecido como um problema, enquanto outras coisas que podem ser constatadas indo ao local e em documentos da prefeitura e reportagens de jornais, como poluição e degradação do solo, nem foram mencionadas.

Além disso, os entrevistados não se reconhecem como afetados pela obra por não morarem de frente para a faixa, sendo que questões como a poluição e congestionamento do tráfego podem afetar a cidade inteira. Também relataram não terem sido consultados ou ouvidos sobre a obra antes dela começar, ou até mesmo durante, o que vai totalmente contra o processo de democratização de decisões que autores já citados defendem como necessários para que haja mudanças.

Cidades devem ser lugares da inovação social e do exercício democrático, mas sem tornar o espaço público a propriedade privada da população. As cidades são um híbrido do natural e do social, do real e do fictício. Não há nada puramente social ou puramente natural nelas. Então não podemos forçar um recorte entre os dois, e sim abordá-los conjuntamente, sempre considerando suas inter-relações. A partir desse trabalho podemos observar em Santa Maria uma necessidade de democratização do poder sobre os processos socioambientais, a fim de fazer com

que seus cidadãos se reconheçam como seres políticos ativos e capazes de mudanças, e de uma sensibilização das pessoas para com o ambiente, que pode ocorrer através de projetos de educação ambiental em espaços de ensino formais e não formais.

4. CONCLUSÃO

De um lado, temos os moradores e empresários da cidade afirmando a necessidade de duplicar uma rodovia para desafogar o trânsito de uma cidade em constante crescimento e fluxo intenso por conta da universidade. Do outro, temos a população da região, que é diretamente afetada, sendo deixada de lado no debate. Tudo isso justificado pelo discurso a favor da mudança. O discurso sobre desenvolvimento cega para os problemas que ele traz.

Constatou-se também a problemática da politização dessa questão: a sociedade dividida em empresas e especialistas que identificam os riscos, e os moradores do local, que são afetados pelos riscos, muitas vezes de forma inconsciente. Podemos observar nesse estudo as duas dimensões da sociologia ambiental: em um lado temos a existência concreta de problemas ambientais, como degradação e poluição, e no outro temos a percepção social do problema, que se apresenta como percebendo apenas o corte de árvores e não as demais questões. A população que reside próximo a obra não foi consultada antes ou durante sua ocorrência, e seus avanços (ou falta de) e riscos ambientais foram divulgados por especialistas em jornais locais. Então temos uma comunidade que pouco percebe os danos ambientais que a afeta diretamente, não percebendo os danos ambientais resultantes da duplicação além da derrubada de árvores.

Longe de encerrar o assunto, pelo contrário, levantando outras questões, esse trabalho serve para ilustrar como é necessária a consideração da percepção da população sobre os problemas ambientais. Sem ela, ele não pode ser considerado um fato social, o que anula diversas possibilidades de estudos que podem levar a avanços sociais, ambientais, políticos e econômicos. Também demonstra a

necessidade de uma retomada de sensibilização do ser humano para com o ambiente. Mas isso sem deixar de lado a ciência ambiental em si, valorizando apenas o social e suas construções. Não creio que seja possível de encaixar um assunto tão complexo quanto o socioambiental em apenas uma corrente teórica. É necessário cada vez evitar a subordinação dos problemas ambientais somente às análises sociológicas tradicionais, fazendo emergir mais abordagens interdisciplinares que integrem ambas as partes, pois são interdependentes e uma não se desenvolve sem a outra. Para isso deve-se combinar perspectivas e entrelaçar política, cultura e história para um quadro mais complexo, dinâmico e multifacetado.

Os sujeitos da questão ambiental são coletivos com elementos identitários complexos. Despertar uma consciência mais ampla do humano para com o ambiental não serve apenas para protegermos a natureza, mas também para que situações como essa não se repitam, em que pessoas são diretamente afetadas sem perceberem. E isso pode ser alcançado através do desenvolvimento de uma cultura de conservação, que fará com as pessoas reparem mais em seu meio.

A sociologia ambiental deve ser encarada como um processo em constante reconstrução, ao invés de uma cartilha a ser seguida. Somente com essa dinâmica que ela poderá abarcar as questões tão complexas em pauta.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A.; VALEARIANO, C. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía**, Buenos Aires, 2002, p. 115 - 137.

SCHNAIBERG, Allan. **The Environment**. New York: Oxford Univ. Press. 1980.

BUTTEL, Frederick H. A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas**, São Paulo, 15: 69-94, 1992.

CATTON, William R.; DUNLAP, Riley E. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology. **American Behavioral Scientist**, vol. 24, n. 1, set./oct., p. 15-47, 1980.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 35, p. 34 – 82, jan/abr 2014.

GOETTEMS, Fernando; HENCES, Marci. O pé de plátano, que dá nome ao bairro perto da ERS-509, pode ser cortado. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 18 jan. 2014. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2014/01/o-pe-de-plata-no-que-da-nome-ao-bairro-perto-da-ers-509-pode-ser-cortado-4393378.html>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

GUIVANT, Julia S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 72 – 88, 19 out. 2002.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Piaget, 1997.

HENCES, Marci. No caminho da duplicação da ERS-509, quatro sítios arqueológicos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 25 jan. 2014. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/geral/no-caminho-da-duplica%C3%A7%C3%A3o-da-ers-509-quatro-s%C3%ADtios-arqueol%C3%B3gicos-1.2027156>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

HENCES, Marci. Obra da Faixa Velha de Camobi, em Santa Maria, pode parar. **GaúchaZH**, Santa Maria, 11 dez. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/12/obra-da-faixa-velha-de-camobi-em-santa-maria-pode-parar-4360534.html>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

JORNALECO: Jornal Laboratório Especializado em Meio Ambiente. Santa Maria: UNIFRA. 14ª edição, jun. 2012. Disponível em: <https://issuu.com/centralsul/docs/jornaleco14>. Acesso em: 04 dez. 2018.

LOPES, José S. L.. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p. 31-64, jan./jun., 2006.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MORADORES

- 1- Idade;
- 2- Sexo;
- 3- Profissão;
- 4- A quanto tempo reside no bairro?
- 5- Quantas pessoas moram na casa?
- 6- Qual meio de locomoção utilizam mais? (Ex.: ônibus, carro, a pé, bicicleta)
- 7- A obra afetou/está afetando seu dia-a-dia de alguma forma?
- 8- Que mudanças você espera da obra para o bairro? E para a cidade?
- 9- A prefeitura ou a empresa entrou em contato com os moradores antes do início da duplicação? Se sim, como foi?
- 10- Houve contato por parte deles durante o andamento da obra ou apenas no início (se houve)?
- 11- O que você pensa sobre a retirada de árvores do local? Consultaram os moradores antes?
- 12- O pé de plátano simboliza algo para você? O que você pensa sobre ele continuar no local?
- 13- Você acha que a obra causou problemas ambientais? (Ex.: poluição, corte de árvores, degradação do solo, contaminação da água)
- 14- A obra trouxe consequências negativas para o bairro e sua família?
- 15- Alguém saiu prejudicado? Como?
- 16- Algum desses problemas atingiu a ti ou sua família?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES

- 1- Idade;
- 2- Sexo;
- 3- Profissão;
- 4- A quanto tempo trabalha no local?
- 5- Você apenas trabalha no bairro ou também mora na região?
- 6- A obra afetou ou vem afetando seu trabalho de alguma forma?
- 7- Quando a duplicação for finalizada, você pensa que ela irá alterar algo no seu trabalho?
- 8- O que você pensa sobre a obra para a cidade?
- 9- Houve algum contato com a empresa por parte da prefeitura ou da empresa responsável antes de iniciar a duplicação? Se sim, como ocorreu?
- 10- Houve contato por parte deles durante o andamento da obra ou apenas no início (se houve)?
- 11- Você tem alguma opinião sobre a retirada de árvores do local?
- 12- Você tem alguma opinião sobre a permanência do pé de plátano?
- 13- A obra trouxe consequências negativas para o bairro e sua família?
- 14- Você avalia que a obra causou problemas ambientais? (Ex.: poluição, corte de árvores, degradação do solo, contaminação da água)